

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, PLANEJAMENTO E PRODUTOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE: EVOLUÇÃO, INTERFACES E CENÁRIO ATUAL**

**Teixeira, Kátia Simone Santiago, M.Sc.<sup>1</sup>  
Pimenta, Margareth de Castro Afeche, Dr.<sup>a</sup><sup>2</sup>**

## **RESUMO**

O Brasil só começou a demonstrar um interesse mais efetivo com relação à gestão do turismo a partir da década de 1930 quando, brandamente, começou a enfocar algumas questões da área em leis e instituiu os primeiros organismos oficiais de turismo, mesmo que vinculados a setores dos mais diversos que não tinham como foco central o turismo. Recentemente (em 2003) foi criado o Ministério do Turismo, fato que evidencia maior preocupação do governo federal brasileiro com o fenômeno do turismo, pois é incontestável a importância econômica que a atividade vem adquirindo com o decorrer do tempo. Contudo é necessário destacar que, o pleno desenvolvimento da atividade e das localidades em que o turismo se incorpora, deve primar por um desenvolvimento que associe ganhos econômicos com justa distribuição de renda; preocupação, cuidado e respeito às questões sociais, culturais e ambientais e que; além de buscar satisfazer as necessidades dos visitantes, também busque satisfazer a sociedade inserida nos lugares onde o turismo se desenvolve. A gestão do turismo deve buscar integrar interesses sociais, culturais, ambientais e econômicos de forma equilibrada. A região Nordeste do Brasil se destaca dentre diversas regiões brasileiras por apresentar grande ênfase na gestão e planejamento do turismo. As políticas públicas são decisivas no processo de estruturação do planejamento e gestão do turismo, pois pressupõem uma orientação relativa à estruturação e implementação de ações respaldadas pelo Estado e que procurem atender as necessidades da sociedade; as Políticas Públicas Federais de Turismo norteiam e são norteadas pelo desenvolvimento do turismo nos municípios e regiões do país. Como as políticas nacionais de turismo ajudaram a desenhar o atual cenário do turismo na Região Nordeste do país? As atuais políticas nacionais de turismo continuam influenciando de maneira incisiva neste cenário? O Estado do Rio Grande do Norte, localizado na região Nordeste do país, é um dos Estados desta região que mais dá ênfase ao planejamento da atividade; o turismo se destaca como uma das principais economias do lugar. O presente trabalho de pesquisa busca analisar a influência das Políticas Públicas Federais de Turismo no desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte; para tanto faz uma descrição da evolução do turismo no Estado e relaciona esta evolução às Políticas Públicas Federais. A análise da pesquisa enfoca prioritariamente o método dialético; os dados foram coletados basicamente a partir de pesquisas documentais e bibliográficas; foi utilizada também a técnica de observação não participativa durante momentos de análise de reuniões que envolviam discussões relacionadas ao turismo no estado. Observou-se que o Rio Grande do Norte procurou desenvolver a gestão e planejamento do turismo em seu território em consonância com a política federal; fato este que propiciou maior aproveitamento das referidas políticas em prol do desenvolvimento do lugar e o deixou mais habilitado a se adequar a evolução das políticas públicas federais. Houve também um benefício maior da região por causa do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/RN); os Estados atingidos por este

---

<sup>1</sup> Aluna do Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora do Curso de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Rio Grande do Norte (IF/RN).

<sup>2</sup> Professora dos Programas de Pós-Graduação: em Geografia e em Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

programa puderam promover uma estruturação de seus territórios através de financiamentos proporcionados pelo citado programa. A postura do Estado sob análise propiciou um desenvolvimento mais equilibrado em relação ao ciclo de desenvolvimento da atividade. O Rio Grande do Norte estrutura o planejamento do Estado em regiões turísticas, seguindo as diretrizes federais e, como não iniciou o planejamento de todas as regiões em um mesmo período, uma das regiões se destaca mais que as outras servindo como modelo para a estruturação das demais, ações que induzem a erros são evitadas e ações bem sucedidas são reproduzidas.

**Palavras-Chave:** Turismo, Políticas Públicas, Planejamento, Regiões Turísticas, Desenvolvimento

## INTRODUÇÃO

Não se pode conceber o turismo como salvador da pátria; apesar da atividade se mostrar como alternativa viável para o desenvolvimento das localidades em que ela se insere, somente com um planejamento voltado para um desenvolvimento que integre interesses sociais, culturais, ambientais e econômicos é possível se pensar em alcançar este fim. É preciso se entender que a atividade turística extrapola o campo econômico e, que a conexão e a justa participação entre os diversos setores que compõem a sociedade são imprescindíveis para que se possa atingir o desenvolvimento.

As políticas públicas são decisivas no processo de estruturação do planejamento e gestão do turismo, pois pressupõem a estruturação e posterior implementação de ações que buscam suprir as necessidades da sociedade; ações estas que devem ter sua execução respaldada pelo Estado.

Dias (2003, p. 121) define política pública como: [...] conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade [...] ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

O supracitado autor destaca ainda que o Governo Federal demonstrou preocupação com a gestão do turismo somente na década de 1930, mas ainda de forma insipiente, buscando organizar, fiscalizar, autorizar e normatizar alguns setores da atividade turística; Cruz (2002) enfatiza esta realidade ao destacar que assuntos relacionados ao turismo ficaram durante tempo sob a responsabilidade dos mais diversos setores da administração pública; o Departamento Nacional de Imigração e Colonização e o Departamento Nacional de Informação foram alguns destes setores que, apesar de não terem relação tão próxima com a atividade, foram responsáveis por sua gestão em alguns períodos.

A região Nordeste do Brasil é uma das que mais se preocupa em planejar e desenvolver o turismo. A região começou a partir da década de 1970 a investir em megaprojetos que visavam criar infra-estrutura para que a região pudesse melhor aproveitar a demanda potencial que estava sendo notadamente percebida. Logo em seguida surge o PRODETUR/NE (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) que vem a ajudar no processo de desenvolvimento do turismo na região.

O estado brasileiro do Rio Grande do Norte foi o primeiro a conceber um megaprojeto, demonstrando o interesse em investir no desenvolvimento do turismo em seu território. Com a implementação do PRODETUR/NE o estado buscou aproveitar os incentivos do referido programa para planejar o turismo buscando o desenvolvimento do Território Potiguar.

Através da reflexão em torno das Políticas Públicas Federais de Turismo enfocando o processo dialético que envolve o planejamento do turismo e (re)produção do

espaço foi desenvolvida esta pesquisa.

A análise da influência das Políticas Públicas Federais de Turismo no desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte foi feita a partir do estudo da evolução do turismo no país e no estado do Rio Grande do Norte e da relação entre estes dois processos envolvendo as Políticas Públicas Federais de Turismo. A análise dos dados, que foram coletados basicamente a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, é prioritariamente dialética; foi utilizada também a técnica de observação não participativa durante momentos de análise de reuniões que envolviam discussões relacionadas ao turismo no estado pesquisado.

Acredita-se ser relevante a discussão em torno do planejamento do turismo alicerçado em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística e das localidades em que ela se desenvolve ou busca se desenvolver. O país investe no turismo e acredita no desenvolvimento através da atividade, portanto torna-se importante discutir os rumos do planejamento direcionados por políticas públicas que visam promover o tão esperado desenvolvimento.

## **1 TURISMO, DIALÉTICA E PLANEJAMENTO**

A atividade turística se faz a partir do consumo do espaço e neste processo envolve as comunidades anfitriãs e os visitantes; grupos sociais em geral, bastante diferentes. O planejamento do turismo, através de políticas públicas, deve buscar conciliar os interesses de variados grupos que se encontram inseridos no processo de desenvolvimento da atividade turística e conseqüente (re)produção do espaço.

O turismo é, para muitos autores, um fenômeno bastante complexo. Dias e Aguiar (2002) concebem o turismo como um fenômeno universal que é capaz de: conectar as partes do sistema global e possibilitar aos indivíduos a compreensão de pertencem a um todo e, ao mesmo tempo, proporcionar o desenvolvimento da consciência de que pertencem a um local determinado.

Para Cruz (2006), por suas características diferenciais, o turismo não deve ser analisado tão somente como uma atividade econômica, pois é uma prática social que tem o espaço como principal objeto de consumo. Rodrigues (1999) acredita que a sociedade pós-industrial presencia o destaque cada vez maior de um fenômeno econômico, político, social e cultural que se denomina turismo.

Camargo (2001) questiona a conceituação do turismo e pergunta se é possível considerá-lo um fenômeno ou se há a possibilidade de discutir o turismo sem se preocupar com uma definição estruturada. Então, o supracitado autor que prefere chamar o turismo de fenômeno cooperativo, afirma que o turismo não deve ser entendido como um mero agregado de práticas comerciais, mas como um fenômeno multifacetado e abrangente que deve ser estudado como um processo em que há uma interação simultânea entre vários sistemas ou subsistemas cujas atuações se somam em um efeito final.

A complexidade e a subjetividade que envolve o turismo condicionam a sua compreensão à análise de inúmeros fatores que se inserem em sua prática. As interferências sociais e culturais causam tanto impacto quanto as interferências econômicas e ambientais. O turismo muda não somente a paisagem dos lugares, mas o modo de vida das populações que vivem nestes lugares é significativamente transformado pela atividade turística.

Yázigi (2000) enfatiza que é possível se verificar uma padronização da forma urbana em muitas cidades brasileiras em que o turismo se desenvolve e isto evidencia um processo de negação da personalidade do lugar. Embora a citada afirmação seja uma realidade constatada; verifica-se que o processo inverso também é observado, pois o turismo, “[...] ao mesmo tempo em que torna mais homogenia a cultura humana, destaca as diferenças,

consolidando a identidade cultural local, o que em última análise propicia a multiculturalidade [...]” (DIAS, AGUIAR, 2002, p.15).

A maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos com o turismo é definida pelas relações sociais historicamente construídas por determinados grupos sociais (CRUZ, 2006). O planejamento do turismo visa promover o desenvolvimento harmonioso dos lugares em que a atividade se desenvolve, administrando conflitos entre interesses de diversos atores sociais envolvidos com a atividade turística e com a localidade.

Entendida como prática social, a atividade turística tem o turista como principal protagonista, sendo assim, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do Estado, o turismo não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos; sua existência vai além das lógicas impostas pela atividade (CRUZ, 2006).

Diante antagonismo e ao mesmo tempo confluência de idéias, aspectos, fatores e interesses que o turismo carrega, é preciso se buscar um ponto de equilíbrio para se chegar a um entendimento e assim conseguir, mesmo com a subjetividade e complexidade do fenômeno turístico, um planejamento da atividade que atenda, com justiça, as necessidades da sociedade.

## **2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS DESTINOS TURÍSTICOS ENTRA PARADÓXICOS E COERÊNCIAS**

Para Cruz (2002, p.40), pode-se entender uma política pública de turismo como: [...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude de um objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Tornar-se um conhecido e competitivo destino turístico nacional ou internacional é resultado de ações e relações, fatores endógenos e exógenos que muitas vezes não emanam e nem dependem do lugar receptor (CRUZ, 2006). A forma como vai se desenvolver o planejamento ditará, em parte, a formatação do turismo no lugar. O governo busca tornar o território mais atrativo para o capital privado, através do planejamento investe infra-estrutura para que assim a iniciativa privada se sinta pronta a também investir no território.

Pode-se perceber que a atratividade do lugar é uma construção cultural, histórica e até mesmo mercadológica, portanto, a priori, qualquer lugar pode ser potencialmente turístico. Mas sabe-se também que não são somente os atrativos que levam o lugar a ser uma destinação turística; é preciso que, some-se aos atrativos a infra-estrutura (básica urbana e de acesso) e; os equipamentos e serviços turísticos. O produto turístico resultado desta soma, pode então se estruturar e transformar o lugar em um destino turístico.

Percebe-se também que nem todos os lugares são atraídos pelos investidores, neste caso, torna-se mais difícil para o lugar transformar-se em uma destinação turística, mesmo possuindo atrativos turísticos potenciais. Para estimular o investimento do capital privado, deve haver investimento dos governos em infra-estrutura básica e de acesso.

Porém, é preciso destacar que o turismo pode atrair e trazer riquezas e postos de trabalho, mas pode também acarretar a pobreza e a má distribuição da riqueza. A riqueza não se distribui uniformemente no espaço, pois conforme afirma Lipietz (apud CRUZ, 2006): “[...] não há regiões pobres, mas regiões de pobres”. Também é preciso se entender que a distribuição espacial de riqueza não é o mesmo que distribuição estrutural de riqueza; a melhoria das condições de vida das populações de lugares turísticos não acompanha necessariamente a dinamização econômica e as transformações espaciais do território (CRUZ, 2006).

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE TURISMO E O RIO GRANDE DO NORTE

Diante do contexto que se apresenta e, observando-se que a participação, ainda que insipiente, do Estado no planejamento e gestão da atividade turística se deu apenas na década de 1930, verifica-se a necessidade de questionar a forma como o governo federal e os governos estaduais e municipais vêm trabalhando as políticas públicas de turismo.

De acordo com (CRUZ, 2006) através da consagração do neoliberalismo como paradigma econômico e político nos anos 1990 o Brasil experimenta a transição de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado. Este contexto (sócio-econômico e político) se reflete no turismo através de políticas públicas comprometidas com a produção e reprodução do capital; há a criação de um novo sistema de objetos demandada pelo novo sistema de ações que se impõe através de intervenções públicas. A suposta ruptura política e ideológica imaginada a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva não ocorre; a lógica orientadora se mantém. Em relação ao turismo, se verifica uma atividade geradora de riqueza promovida e organizada por sujeitos sociais responsáveis com interesses convergentes e divergentes. As convergências (temporais, espaciais, de interesses, etc.) se somam as contradições do próprio processo de produção do espaço (CRUZ, 2006).

Há então a criação Ministério do Turismo estabelecido no ano de 2003 que atualmente propaga a política de regionalização dá continuidade ao processo de descentralização proposto pelo PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) que buscava fortalecer o município diante do planejamento e gestão do turismo.

Em 2005 o Ministério do Turismo buscou discutir as possibilidades de o turismo ‘aliviar a pobreza’ através de um projeto internacional, partindo deste fato Cruz (2006) pergunta se há e quais são as reais possibilidades que o turismo tem, diante do modo de produção capitalista, de efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais que foi histórica e socialmente construído, visto que o capitalismo tem como principais características a concentração de riqueza e a exclusão social. A referida autora constata que para ‘aliviar a pobreza’ é preciso primeiramente fazer uma profunda radiografia da pobreza no país, pois o turismo pode até contribuir para este fim, mas o que se verifica é que ele tem sido responsável pela sua redistribuição espacial (CRUZ, 2006).

O planejamento do turismo realizado de acordo com os preceitos das políticas públicas vigentes então deve buscar diminuir as desigualdades sociais; mas conceitos e idéias que estejam de acordo com esta finalidade devem servir como base para a estruturação destas políticas públicas. Portanto é importante refletir: realmente os conceitos e idéias que alicerçam as atuais políticas públicas governamentais relacionadas ao turismo são claros e definidos? Qual o real conceito de desenvolvimento implícito nestas políticas públicas? E qual o sentido de sustentabilidade? Desenvolvimento de que? Sustentabilidade para quem? Como ocorre a participação dos diversos atores sociais na construção de políticas públicas de turismo? Como de fato ocorre o planejamento participativo?

Cruz (2006) destaca que se pode fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor da construção de uma sociedade justa, mas para isto aconteça seria necessário conduzir este processo de desenvolvimento da atividade de acordo com a premissa da busca por uma justiça social. Mas esta não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia e, portanto também não tem sido o foco do desenvolvimento do turismo.

Contudo é preciso enfatizar que, mesmo ainda não sendo a situação ideal para a gestão e planejamento do turismo, pode-se perceber que houve uma considerável evolução na importância dada ao turismo pelos governos federais que se sucederam.

A atual política de regionalização propõe aos municípios a estruturação em regiões turísticas que objetivem um trabalho em conjunto para promover um roteiro turístico

que de acordo com o Ministério do Turismo é: “[...] um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definindo e estruturando para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro” (BRASIL, 2008). A conceituação de regionalização propõe um entendimento de região que não se encaixa necessariamente na definição de região administrativa observada no Brasil e adotada oficialmente (Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste). Os critérios adotados para definir as regiões, são em geral, relacionados aos produtos turísticos ofertados ou com potencial para serem desenvolvidos. Produto turístico pode ser entendido como “[...] conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações”. (VAZ, 2002, p. 56); é composto por atrativos (naturais, culturais ou artificiais), infra-estrutura (básica e de acesso) e, equipamentos e serviços turísticos; tem características específicas como: intangibilidade, heterogeneidade, é estático e não estocável.

A definição (delineamento) das regiões turísticas ocorre através da articulação entre municípios que buscam promover o desenvolvimento do turismo em conjunto, pois podem ter objetivos idênticos ou que se associam, possuem atrativos parecidos ou complementares, compartilham o mesmo atrativo (ou possuem atrativos semelhantes) ou, utilizam uma mesma infra-estrutura de acesso e desejam planejar em conjunto.

As regiões turísticas têm nomenclaturas diversas que variam de acordo com cada estado brasileiro, no caso do Rio Grande do Norte, estas regiões são denominadas pólos de desenvolvimento integrado do turismo, ou simplesmente pólos turísticos. Esta denominação é herança do PRODETUR/NE, programa desenvolvido anteriormente à política de regionalização atual e que ajudou a região Nordeste a melhor se estruturar para o desenvolvimento do turismo.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, diretamente ligado ao Plano Nacional do Turismo do atual governo, se caracteriza como “[...] um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 9). O governo também incentiva, através da sua política atual para o turismo, o planejamento participativo para que assim, diversos atores sociais possam participar do processo de construção e implementação de políticas públicas voltadas para o turismo.

O modelo de gestão escolhido pelo Ministério do Turismo visa também destacar o interior dos municípios brasileiros enfatizando suas riquezas ambientais, materiais e patrimoniais e também se preocupa com as populações inseridas em localidades turísticas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004). O Brasil é um dos países mais extensos do planeta, porém sua imensa área e seus valiosos e diversificados recursos são muito pouco aproveitados. O desenvolvimento dos Estados Brasileiros não é uniforme; há uma heterogeneidade bastante evidente que compromete o desenvolvimento integrado do país; dentro de um mesmo Estado da Federação também são observadas diferenças entre as áreas que o compõe; as variações de desenvolvimento são encontradas, muitas vezes, no interior de uma mesma unidade administrativa. Foi para buscar minimizar os efeitos do desenvolvimento desarticulado que o Brasil vem propondo Políticas Públicas que objetivam este fim; diversos planos, programas e projetos foram criados; isto demonstra a preocupação dos governos municipais, estaduais e do Governo Federal com a questão do desenvolvimento integrado do país.

O planejamento do turismo desenvolvido com base no Plano Nacional do Turismo e no Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil deve seguir numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e, deve buscar “[...] garantir maior equidade, novos critérios de ação e negociação coletiva capazes de se transformar em oportunidades nos mercados

mundiais e repercutir na geração e distribuição de renda no País” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

O Nordeste teve um grande reforço que o ajudou na sua estruturação para o desenvolvimento do turismo e o preparou para uma adequação satisfatória e proveitosa em relação à atual Política Pública Federal de Turismo: o PRODETUR/NE. O supracitado programa, criado pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e pela EMBRATUR (hoje, Instituto Brasileiro de Turismo) no início da década de 1990, vem ajudando a desenvolver o turismo na região Nordeste, pois tem como objetivo central o investimento principalmente em infra-estrutura (PRODETUR I) (CRUZ, 2002). O surgimento deste programa se deu, em parte, por causada política de turismo de alguns estados nordestinos (principalmente Alagoas e Pernambuco) e teve sua abrangência estendida a toda área de jurisdição da SUDENE. O PRODETUR/RN incentiva a estruturação de pólos integrados de desenvolvimento; o planejamento é realizado por cada pólo visando harmonizar e integrar o desenvolvimento dos municípios que os compõem. É um programa de crédito para o setor público. Os financiamentos são aprovados a partir de discussões coletivas realizadas principalmente em conselhos criados para promover a gestão de cada pólo de desenvolvimento integrado; o governo da unidade federativa onde se encontra o pólo participa da gestão juntamente com os governos municipais que o compõe e com instituições que representam interesses sociais, culturais, ambientais e econômicos da região que constitui o pólo (instituições que representam interesses sociais e também do mercado). O programa utiliza os recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) tendo o Banco do Nordeste com órgão executor.

O Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado, “[...] ação do Banco do Nordeste que tem como objetivo promover e potencializar o desenvolvimento econômico local a partir da cooperação entre diversos agentes econômicos, institucionais e sociais [...]” (PETROCCHI, 2001), expõe um entendimento de região diferente do conhecido modelo administrativo verificado no país. O conceito de pólos abre discussões sobre a nova compreensão de região. Para Porter (apud PETROCCHI, 2001, p. 38), pólos são: “[...] concentrações geográficas de organizações e instituições de um determinado setor; abrangendo uma rede de empresas inter-relacionadas e outras atividades importantes para a competitividade” e de acordo com o Banco do Nordeste, pólo “[...] é uma área socioterritorial, que tem vantagens locacionais e/ou dinamismo econômico” (PETROCCHI, 2001, p. 39).

O Rio Grande do Norte tendo sido o primeiro estado a conceber um megaprojeto, demonstrou o seu interesse em investir no desenvolvimento do turismo em seu território; foi também um dos que mais se destacou fazendo uma boa gestão do turismo em relação ao PRODETUR/NE através de investimentos direcionados ao Pólo Costa das Dunas composto por 18 municípios, em sua maioria situados no Litoral Leste Potiguar (Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Rio do Fogo, Tibau do Sul e Touros).

O Pólo Costa das Dunas recebeu incentivo do PRODETUR/NE para a sua estruturação e inspirou o governo do Estado a estimular a criação de mais quatro pólos de desenvolvimento (Costa Branca, do Agreste, do Seridó e Serrano).

O Pólo Costa das Dunas foca seu produto no Turismo Sol e Praia, pois sua oferta é composta, em sua maioria, por atrativos naturais relacionados ao lazer e entretenimento em áreas de mar, praia, lagoa, ou seja, atrativos de sol e praia. Há também outros tipos de atrativos nesta região, porém, é inegável que o enfoque se faz nos atrativos anteriormente citados.

Os outros pólos (regiões turísticas) do Rio Grande do Norte que buscam desenvolver o turismo em seus territórios ofertam também atrativos naturais (alguns também

voltados para sol e mar), embora não têm este aspecto como principal; os enfoques variam e envolvem atrativos culturais, naturais (cavernas, serras, etc), aventura, ecoturismo, eventos, entre outros.

A atual Política de Turismo propõe a criação de Instâncias de Governança para promover a gestão do planejamento do turismo na região com maior participação dos atores sociais envolvidos; estas instâncias devem trabalhar para organizar o turismo na região buscando manter um desenvolvimento homogêneo coordenado pela comunidade local que envolve atores dos setores públicos, privados e sociedade civil organizada. De acordo com a atual política de regionalização (BRASIL, 2008) a referida instância deve ser formada pelos diversos segmentos sociais que passam a representar interesses específicos que devem ser discutidos em prol do interesse maior: o desenvolvimento sustentável da região.

Os esforços que o governo estadual vem fazendo para acompanhar e buscar aproveitar da melhor maneira as Políticas Públicas Federais de Turismo, propiciou um desenvolvimento satisfatório do estado e também o habilitou a participar com mais eficácia nos programas e projetos propostos pelo governo para o desenvolvimento do turismo no país.

Enquanto alguns estados não estão articulados em regiões turísticas o Rio Grande do Norte não somente tem uma região bem articulada (Pólo Costa das Dunas) como tem conhecimento e experiência para preparar as demais, que estão em processo de implementação (uma delas praticamente implantada). Além disto, o Governo Federal propôs um investimento maior em 65 destinos que mais se destacaram em relação à estruturação e, dois destes destinos se encontram no Rio Grande do Norte, mais precisamente na região turística do Pólo Costa das Dunas (Natal e Pipa (Tibau do Sul).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância dada ao turismo pelos consecutivos governos federais brasileiros aumenta conforme aumenta a importância da atividade turística para a economia mundial. O Governo Federal atual parece ter aproveitado as políticas anteriores; as idéias anteriores não foram totalmente descartadas e, sim incorporadas às atuais. Observa-se que as divergências ideológicas entre os governos imprimem a sua marca, mas não atrapalham totalmente os interesses sociais.

Há ainda a necessidade de estruturação conceitual de tais políticas; a ideologia implícita nestas políticas não deixa claros os conceitos e definições associados a sua estruturação. É preciso deixar transparecer os reais conceitos como os de desenvolvimento, de sustentabilidade, entre outros. Ou mesmo criar conceitos que traduzam as idéias que alicerçam estas políticas.

A regionalização é uma proposta que, para ser implementada, deve ser aceita pelos municípios, pois muitos governos municipais têm dificuldade em aceitar um trabalho em conjunto.

Não bastam belos atrativos, mas informação, conhecimento e capital para transformar lugares em destinos turísticos. O planejamento é um caminho, mas a articulação é a chave para que os objetivos possam ser atingidos com mais facilidade. A regionalização é uma alternativa para os municípios, pois em conjunto têm mais força, porém é preciso que seus governantes percebam isto.

Há alguma evolução em relação ao processo de construção de políticas públicas, mas o percurso ainda é bastante longo para se chegar a uma situação satisfatória.



A estruturação dos pólos de desenvolvimento do PRODETUR/NE se encaixa na atual Política do Governo Federal de Regionalização do Turismo; a proposta se caracteriza por promover uma nova organização espacial dos destinos turísticos através e uma gestão descentralizada, onde a região estabelecida a partir da apresentação da atividade turística não obedece exatamente à divisão administrativa dos Estados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008). Os municípios que compõem a região turística devem buscar um desenvolvimento integrado e harmônico; os interesses dos municípios devem convergir para os interesses da região que se forma por apresentar traços relativamente homogêneos em relação ao produto turístico, a oferta, a demanda ou mesmo a associação harmoniosa destes elementos.

Neste contexto o Rio Grande do Norte sai com vantagem, pois além do seu interesse em desenvolver o turismo no estado, tem aproveitado muito bem as oportunidades que surgem através das Políticas Públicas. Além disto, se integrou muito bem as propostas do governo e soube se articular para implementá-las.

A gestão do planejamento do turismo no Rio Grande do Norte se desenvolve em consonância com a política federal, isto o favoreceu o estado no processo de adequação aos planos e projetos e no melhor aproveitamento das oportunidades que beneficiam o estado. A região Nordeste pode também se adequar melhor às políticas federais por causa do PRODETUR/NE, como o Rio Grande do Norte é um dos estados nordestinos que mais participaram dos programas e projetos governamentais, pode então utilizar este fator em seu benefício.

O Rio Grande do Norte estrutura o planejamento do Estado em regiões turísticas, seguindo as diretrizes federais; não iniciou o planejamento de todas as regiões em um mesmo período, portanto não tem um desenvolvimento igualitário em todo o seu território, porém a região que mais se destaca (Pólo Costa das Dunas) serve como modelo para a estruturação das demais, ações que induzem a erros são evitadas e ações bem sucedidas são reproduzidas.

Conclui-se, portanto que o estado brasileiro pesquisado soube aproveitar muito bem as políticas públicas federais para promover o desenvolvimento do turismo em seu território, mas sabe-se que o processo de gestão e planejamento é contínuo e precisa de constantes modificações advindas de reflexões e ponderações que envolvam os interesses de todos os atores envolvidos buscando a justiça social. Algumas posturas ainda precisam ser discutidas; maiores possibilidades de interferências e modificações benéficas nas políticas públicas podem ocorrer quando há uma participação mais efetiva no processo de construção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo, Livro 4: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para a regionalização do turismo.** Florianópolis: MTur/SEaD/UFSC, 2008

CAMARGO, Haroldo L. **Fundamentos multidisciplinares do turismo: história.** In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço.** IN: LEMOS, Amalia Inés Geraiges; ARROYO, Mónica e SILVEIRA, María Laura. AMÉRICA LATINA: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil.** Brasília, 2004.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de pólos turísticos.** 2 ed. São Paulo: Futura, 2001.

RODRIGUES, Adyr A. B. **Desafios para os estudiosos do turismo.** In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.) Turismo e Geografia : Reflexões teóricas e enfoques regionais. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico receptivo e emissor:** um roteiro estratégico para projetar mercadológicos públicos e privados. São Paulo: Pioneira, 1999.

YÁZIGI, Eduardo. **A natureza como identidade espacial do turismo.** In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2000.